

SÍNTESE SOCIAL

Com base na observação de fatos recentes, assinala-se aqui um sintoma de extraordinária gravidade na vida nacional: a progressiva deterioração da autoridade. Múltiplas seriam, sem dúvida, as causas a apontar. Pareceu lícito, porém, referir como principal a crescente interferência da ação estatal em setores que lhe deveriam ser defesos, em benefício do prestígio das instituições constitucionais e do próprio equilíbrio social. Aplicar-se-ia ao Estado, cada vez mais participante e interveniente, a velha advertência da sabedoria popular: os que querem "abarcá-lo mundo com as pernas" apenas ganham pernas tortas e mal equilibradas; ou, como já notava o poeta, "qui trop embrasse, mal etreint"...

EXCESSO E FALTA DE AUTORIDADE

“O INGLÊS respeita religiosamente a Autoridade; e, simplesmente, ignora as autoridades. O brasileiro agacha-se diante das autoridades; e não tem sequer consciência de que há uma coisa que se chama *autoridade*”. Houve quem assim expusesse — de um modo justo, a nosso ver, embora evidentemente exagerado — as concepções que do princípio de autoridade tem um homem do país da Magna Carta e um homem da

terra em que nem sempre as leis se fazem para serem cumpridas.

Já salientamos, em outras crônicas, a “inundação estatal” em zonas cada vez mais amplas da organização brasileira. O Estado-educador, o Estado-industrial, o Estado-sociedade de beneficência, o Estado-jornalista, o Estado-segurador, o Estado-comerciante, o Estado-partidário político: por toda parte invade o Estado domínios que lhe deviam ser defesos, e numa

orgia de mando ("a glória de mandar, a vã cobiça") mete-se a fazer o que só pode fazer mal e incompetentemente; e, de acordo com a velha e psicológica regra segundo a qual "l'appétit vient en mangeant", come cada vez mais, para cada vez menos *digerir*. Esse empanzinamento atinge todo o já depauperado organismo nacional, enquanto o delírio centralizador cobra em juros de usurário a enganadora euforia em que se comprazem os fetichistas do "desenvolvimentismo".

Do excesso da ingerência estatal, resulta uma crise de autoridade que começa a assustar mesmo os mais tranqüilos observadores e os mais interessados (no bom e no mau sentido da palavra) no fortalecimento do Estado.

Nem outra coisa era, aliás, de esperar. Foi BENJAMIN FRANKLIN, um dos patriarcas de certa forma de republicanismo, quem disse uma vez: "o melhor Estado — é o que é menos Estado". E é de outro BENJAMIN, dessa vez BENJAMIN CONSTANT, a expressão paralela: "O governo na sua esfera deve ter toda a força; fora dela, nenhuma". Querendo demais, o Estado acaba por ter de menos.

Essas considerações vêm a propósito de fatos, a nosso ver tão característicos quanto graves, de que fomos todos testemunhas, uns conscientes, outros inconscientes, no último trimestre, em nosso país.

Era, por exemplo, o espetáculo de representantes do poder público que, depois de fazerem estudar longamente pelos seus técnicos os preços dos transportes coletivos, adotavam-nos à meia-noite de um dia, para às duas da madrugada —

diante de uma "brincadeira" um pouco mais séria de estudantes — demitirem-se de sua autoridade, propondo assustadoramente à meninada travessa uma solução diferente, para adotá-la, ofegante, quando ela se dignou concordar. Meia dúzia de estudantes, simpáticos como tudo o que é jovem, levava o poder público a modificar, aterrorizado, uma decisão que se admitia tecnicamente assentada.

Os moços — é natural que assim seja — gostam de rebelar-se, na afirmação, ingênua mas atraente, de sua personalidade em formação. Têm, porém, a instintiva tendência de se curvarem à autoridade, quando a reconhecem justa. Quando, porém, a autoridade é a primeira a descer de si mesma, como há de pretender que outros nela acreditem e a respeitem?

Só a estranha cegueira dos que não querem ver é que pode apelar, mais tarde, para o "sacrossanto" princípio de autoridade, quando nem têm princípios nem autoridade possuem. Outras demonstrações aí estão para evidenciar essa crise assustadora do poder público, como tal. No mesmo período de vida nacional que esta "Síntese" abrange, presenciaram-se mais dois espetáculos que a provam com uma ofuscante certeza e uma gravidade inegável.

Um foi aquilo que se pode chamar, sem qualquer particularização possivelmente injusta, a onda de corrupção que parece submergir vastos setores do Departamento Federal de Segurança Pública. E, ao lado disso, o desagradabilíssimo incidente em que, no próprio Gabinete do Chefe de Polícia, se viu esse envolvido com um depu-

tado e antecessor seu na Chefatura, parece significar que a força da lei está tão enfraquecida que é a lei da força e do desforço pessoal, em suma, a lei da "jungle", que prevalece e resolve.

Quando a autoridade mais diretamente incumbida de zelar pelas estruturas legais da sociedade, ela própria, se desmoraliza e renuncia, que confiança pode sobrar para o "homem de rua", para o cidadão desarvorado da democracia?

Tão pouca; ou nenhuma!

É por isso que estamos vendo, fenômeno mais significativo, porque "briga" com a índole pacífica do nosso povo, as repetidas e, até bem pouco tempo, inacreditáveis notícias de linchamentos em que a multidão "faz justiça" pelas próprias mãos.

Aqui é um homem que, atirando em conflito, mata um adolescente; recolhido pela polícia à delegacia, é dela arrancado e trucidado na praça pública. Ali é o indivíduo que, vindo na rua desrespeitada sua senhora por um grupo de desocupados, vai em casa, toma de um revólver, volta e assassina um dos suspeitos desrespeitadores. De outra feita, é a turba desvairada (e com certeza insuflada) que, diante do que supõe (ou lhe fazem supor), ser a exploração dos potentados, quebra, queima, invade propriedade, caça o homem e não recua nem diante das metralhadoras das forças armadas.

Fatos assim aí estão para mostrar o crescente desprestígio da autoridade.

De tal modo que já é em pronunciamento de juiz (publicado por toda a imprensa) que se afir-

ma a inocência dos que "fazem justiça pelas próprias mãos", uma vez que as mãos que a deviam defender e assegurar se desviam de sua missão para outras, provavelmente menos confessáveis.

Essa corrupção de idéia do poder público vai mais longe ainda.

Já contamos de outra feita o que ouvimos de um Ministro de Estado no seu Gabinete e que, evidentemente, não traduz nem quer traduzir um juízo geral, que seria profundamente iníquo, mas que significa, sem dúvida, um estado de espírito mais ou menos comum: "Meu amigo, quando eu vejo um juiz transpondo a porta deste Gabinete, gela-me o sangue nas veias, na previsão do pedido absurdo que me vai ser feito!" E' claríssimo que a observação se refere apenas aos juizes que vivem nas antecâmaras dos Ministros: e não serão todos, mas que os há, nós bem, e infelizmente, o sabemos.

Quando não se crê nem na Justiça, pode-se afirmar que a sociedade "perde a cabeça", a sua "cabeça legal". E esse é o fenômeno social a que estamos assistindo: o povo descrê da autoridade; e nisso não faz mais do que partilhar do ceticismo que, em relação a ela, as próprias "autoridades" manifestam, pela palavra, pela ação, pelas omissões.

O homem simples, "escravo no seio da multidão dos escravos", a que se referiu GUSTAVO THIBON, unidade perdida na "multiplicação dos sós", como o classificou PAUL VALERY, o homem desesperado diante da Moloch estatal "il nuovo Moloch della civiltà moderna che ha divorato la libertà" (LUIGI STURZO), sente a revolta ferver-

-lhe no sangue e, desarvorado, procura tomar nas mãos o báculo do poder que as autoridades, ao mesmo tempo tirânicas e impotentes, deixam cair ao chão.

Entre êsses dois extremos: de um lado, um "poder" monstruosamente inflacionado nas suas pretensões e que, de outro lado, se esvazia da autoridade como um balão que se encheu de ar: entre êsses dois extremos, o povo oscila, hesita, titubeia, vacila, perde o rumo, ora se entrega desanimado, ora se revolta, em violências injustas e sem conseqüências.

Nessa hora, bom seria que êle, pobre povo inerte e desajudado, ouvisse um pouco a grande voz eloqüente e profética com que LA-CORDAIRE alertava a nação francesa, um século faz: "Acautelai-vos! Há um inimigo que vos espreita... a ditadura, êsse Minotauro que espia à porta da sociedade, com sua face atenta e terrível, e que, quando chegar a hora, há de tomar nas mãos o chicote da violência para expulsar diante de si todos os altos valores que dão sentido à vida de uma nação e à dignidade de uma pátria".